

Uma comunidade evangélica frente aos problemas sociais e à atuação sócio-política da Igreja

Gerd Uwe Kliewer

Preleção inaugural pronunciada em 20 de abril de 1977 na Faculdade de Teologia da IECLB

Fazem quase dois anos que o meu colega P. Wilfrid Buchweitz ressaltou aqui, na sua preleção inaugural, que na formação teológica como em todo o trabalho da Igreja, não deviam ser esquecidos ou negligenciados os "documentos vivos da Igreja", os membros e os obreiros, que mereceriam tanto um estudo profundo quanto os documentos escritos. Desde então têm sido feitos alguns esforços neste sentido. Entre outros, foram realizados, sob o patrocínio da Comissão de Responsabilidade Pública da IECLB e com um pequeno financiamento da Federação Luterana Mundial, duas pesquisas visando esclarecer a relação entre "Religião e Desenvolvimento Social" na nossa igreja; a primeira, entre os pastores, por Dornalli L. Purper; a segunda, na Comunidade Evangélica de São Leopoldo, organizada por mim e realizada com o auxílio de um grupo de estudantes de teologia. Se hoje posso apresentar uma parte dos resultados dessa pesquisa, tenho que agradecer a todos estes colaboradores e em especial ao presbitério da Comunidade que gentilmente e com espírito aberto permitiu a realização do trabalho.

A Comunidade Evangélica de São Leopoldo se apresenta, julgando a partir das profissões registradas no fichário, como um grupo no qual predomina a classe média. Excluindo-se os 15% de operários especializados e sem especialização, o resto se enquadra na ampla gama de categorias sociais que compõem a classe média brasileira urbana, começando com a classe média dos funcionários e bancários, seguindo com a bem média dos artesãos, pequenos comerciantes, técnicas de formação média, acadêmicos empregados, as profissões liberais, e entrando na média alta com os pequenos empresários, donos de lojas, executivos. Se os 7,4% de industriais e diretores de empresa que formam a ponta da pirâmide já entram na classe alta, é tanto um problema de renda quanto de definição.

Entre esses membros sorteamos uma amostra e realizamos então 60 entrevistas, nas quais se baseiam os resultados aqui apresentados. Esta amostra inclui pessoas de 15 a 65 anos e corresponde, no que tange à posição social, mais ou menos à média da população evangélica. Os dados obtidos refletem, a meu ver, dentro dos limites estabelecidos pelo baixo número de entrevistados, a realidade da comunidade evangélica de São Leopoldo. Até que ponto têm validade também para outras comunidades evangélicas, é, por enquanto, uma pergunta aberta. Mas pode-se supor que, quanto ao tema da minha exposição, os dados numa outra comunidade evangélica urbana de composição semelhante não divergiriam significativamente.

TABELA I

Composição da amostra conforme sexo, idade, instrução escolar e participação na vida comunitária.

	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de entrevistados	31	100%	29	100%	60	100%
De 15 - 25 anos	8	25,8%	9	31,0%	17	28,3%
De 26 - 45 anos	11	35,4%	11	37,9%	22	36,6%
De 46 - 65 anos	12	38,7%	9	31,0%	21	35,0%
Com instrução primária (até 8 anos de escola)	13	41,9%	14	48,2%	27	45,0%
Com instrução de 2º grau ou superior	18	58,1%	15	51,8%	33	55,0%
Participantes (vão 1 ou mais vezes ao mês ao culto)	11	35,0%	12	41,2%	23	38,2%
Participantes esporádicos (vão menos que uma vez por mês ao culto).	7	22,5%	10	34,4%	17	28,3%
Não Participantes (só vão em festas, casamentos, etc.)	13	41,8%	7	24,0%	20	33,3%

1. Ideologia social evangélica

Todo homem sente a necessidade imprescindível de definir-se e de reconhecer-se dentro de seu contexto social (entendo como contexto social não só as relações e interações de um indivíduo no seu grupo, mas também o sistema social, cultural, econômico e político da sociedade). Ele procura organizar em conceitos as suas relações com o ambiente. Constrói sua visão da realidade: elabora suas "idéias" a respeito da sua posição social, da sua importância para e em relação aos outros, do seu poder, seus deveres e direitos, de seus privilégios ou privações, da sua participação no produto social.

Desenvolve assim a sua "ideologia social", a sua visão da organização social. Este trabalho de nenhuma maneira é individual. Trata-se de um processo social em que todos os componentes de um grupo ou de uma sociedade participam ativa ou passivamente, conforme o seu poder. O indivíduo normalmente nem se conscientiza de sua participação neste processo; assume os conceitos, as idéias elaboradas coletivamente a respeito da situação social em que vive; reconhece-as como "realidade social". Essas idéias, porém, não são verdadeiramente suas; são do grupo, do estamento, da classe, da sociedade a que pertence. Têm suas raízes históricas, respondem a certos interesses grupais ou de classe, exercem papel no sistema social. São elaboradas em função do sistema social vigente. Falando, portanto, de "ideologia social evangélica" (1), trato deste conjunto de idéias com o qual o evangélico pretende explicar a sua situação dentro da sociedade global e a justiça ou injustiça da mesma.

Essas idéias são apresentadas a partir das manifestações dos membros da amostra acima descrita. As teses colocadas referem-se a maiorias como é praxe na sociologia. Qualquer afirmação feita a respeito do pensamento social dos evangélicos tem que ser vista, portanto, nestes termos: é o pensamento da maioria, mas não necessariamente todo evangélico pensa assim.

Para os que por acaso reconheçam as suas próprias idéias nos conceitos expostos aqui quero acrescentar que não pretendo tratar da verdade ou falsidade da ideologia social evangélica. Toda ideologia tem a sua verdade ou falsidade, nunca, porém, independente do contexto social e histórico em que funciona. O que nos interessa aqui são os elementos fundamentais e a função da ideologia social evangélica. Muito do que apresentarei pode parecer banal, incoerente ou simplista, nada de novo. Mas é isto que a pesquisa sociológica faz. Dirige-se ao banal, ao comum, ao que todos sabem, para registrá-lo e procurar o seu sentido.

Como então o evangélico de São Leopoldo vê e interpreta a sua realidade social? "Com uma boa educação e esforço todos vencem na vida". 70% dos entrevistados concordam plenamente com essa afirmação, mais 25% concordam em parte — provavel-

1) O conceito de "ideologia social evangélica", usado aqui, não aponta para um conjunto de idéias que seja exclusiva propriedade dos evangélicos. Trata-se de nada mais do que elementos ideológicos observados numa comunidade evangélica. Esta forma um sub-grupo da complexa sociedade brasileira, ou, no nosso caso específico, da sociedade de São Leopoldo, e dentro dessa sociedade os seus membros desenvolvem os seus conceitos sociais.

Os mesmos elementos ideológicos encontrados entre os evangélicos poderão ser detectados em outros subgrupos. Não postulo, portanto, que esta ideologia tenha algo de especificamente "evangélico".

mente tendo em vista fatores contingentes que influem no destino individual, – somente 2 (dois) discordam. Se os evangélicos, como vimos, desfrutam uma posição econômica melhor, isto se deve, na opinião deles, ao seu esforço e capacidade superiores. “O evangélico, como descendente do colono alemão, é um elemento que luta e vence na vida”, foi destacado em primeiro lugar como explicação do sucesso econômico. Sucesso e insucesso econômico na vida são vistos como função direta de esforço e capacidade individual.

O evangélico transforma esta convicção num critério geral para explicar a situação econômica dos homens ao seu redor. Perguntamos aos entrevistados: “Críticos da sociedade brasileira tem observado que o progresso dos últimos anos marginalizou uma crescente parcela da população, que não consegue integrar-se no desenvolvimento econômico. A seu ver, qual das afirmações seguintes explica melhor a realidade?” Colocamos quatro respostas optativas:

(a) Sempre houve e haverá pobres. Só que hoje em dia existe uma população mais numerosa e, portanto, maior número de pobres (opção fatalista).

(b) O sistema econômico vigente em nossa sociedade impossibilita a participação de todos no progresso (opção estrutural-crítica).

(c) O crescimento muito rápido desequilibrou o mercado de trabalho. É necessário prosseguir por mais tempo no caminho iniciado do progresso econômico até que possam ser criados empregos para todos (opção desenvolvimentista).

(d) A crítica não é justificada, pois todos podem participar do progresso. Na maioria dos casos a marginalização é causada por falta de capacidade e esforço (opção ético-individualista).

TABELA II

Explicação da marginalização

	a) opção fatalista		b) opção estrutural-crítica		c) opção desenvolvimentista		d) opção ética individual		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	7	22,5	3	9,6	6	19,3	15	48,3	31	100
Mulheres	3	10,3	5	17,2	9	31,0	12	41,3	29	100
Total entrevistados	10	16,6	8	13,3	25,0	27	45,0	60	100	
Participantes	2	8,6	2	8,6	7	30,4	12	52,1	23	100
Participantes esporádicos	2	11,7	3	17,6	3	17,6	9	52,9	17	100
Não-Participantes	6	30,0	3	15,0	5	25,0	6	30,0	20	100

de 15-25 anos	4	23,5	2	11,7	5	29,4	6	35,2	17	100
de 26-45 anos	2	9,1	5	22,7	6	27,2	9	40,8	22	100
de 46-65 anos	4	19,0	1	4,7	4	19,0	12	57,1	21	100
Com instr. 1º grau	6	22,2	1	3,7	4	14,8	16	59,2	27	100
Com instr. 2º grau ou mais	4	12,1	7	21,2	11	33,3	11	33,3	33	100

Coerentes com a convicção acima descrita, 45% dos entrevistados escolhem a opção **ético-individualista**. Achem que o marginalizado o é por sua própria culpa, por falta de esforço e capacidade.

Esta opinião predomina entre os membros de 46-65 anos (57,1%), entre os de instrução primária (59,2%); entre os de instrução secundária ela cai para 30,3%. Pode-se observar ainda que os membros que mais assiduamente assistem ao culto, mais tendem para a posição ético-individualista.

A opção **desenvolvimentista**, considerando os problemas de marginalização e pobreza como passageiros no caminho do desenvolvimento (o que, sem dúvida, também reflete a posição do governo), é assumida por 25% dos entrevistados. É mais apoiada pelas mulheres (31% contra 19,3% dos homens), principalmente as de instrução secundária (40%), e menos apoiada pelos membros de 46-65 anos.

A opção **fatalista** é assumida por 16,6%. Aceita a pobreza como vontade de Deus. O número dos que pensam assim felizmente não é grande. Mas o que leva a pensar é o fato de 1/4 dos jovens aceitar a miséria como algo natural. Das mulheres entre 25 e 45 anos nenhuma escolheu esta opção.

A opção **crítico-estrutural** foi a menos escolhida (8 entrevistados = 13,3%). Dos oito, cinco são mulheres, das quais 4 de instrução de 2º grau e 25-45 anos. Dos três homens, 2 têm ligação com instituições da IECLB. Será que o potencial crítico entre as mulheres é maior do que entre os homens?

Para testar os dados obtidos, introduzimos mais uma questão sobre problemas sociais: Perguntamos pela causa mais importante da mortalidade infantil.

TABELA III

Mortalidade infantil

1. A falta de cuidados higiênicos e alimentação adequada por parte das mães
- 2 Falta de um sistema de saúde

Homens		Mulheres		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
15	48,3	16	55,1	31	51,6

desenvolvido	5	16,1	2	6,8	7	11,6
3 Os salários baixos e a privação geral em que vive o povo simples	11	35,4	11	37,9	22	36,6
TOTAIS	31	100%	29	100%	60	100%

Aqui a resposta de cunho individualista é ainda mais acentuada: 51% dos entrevistados vêem como causa principal "a falta de cuidados higiênicos e de alimentação adequada por parte das mães", isto é, responsabilizam a ignorância, o despreparo e (talvez) o descuido das mães pela mortalidade infantil. Há, porém, um grupo forte que procura a explicação "nos salários baixos e a privação geral em que vive o povo simples" (36,6%). Observa-se, também, uma clara tendência conforme a idade e a escolaridade. Todas as mulheres de 45-65 anos apoiam o critério da responsabilidade das mães, enquanto que 2/3 das mulheres moças e a metade das de meia idade responsabilizam a situação de pobreza. Os entrevistados de formação primária responsabilizam as mães, os de formação secundária predominantemente a pobreza. Os participantes mais assíduos da vida comunitária tendem, outra vez, à opção individualista. Considerando as duas perguntas sobre problemas sociais constata-se que 68,3% dos entrevistados fazem pelo menos uma opção no sentido ético-individualista.

Coloco, a partir dessa observação, a primeira tese:

O evangélico de São Leopoldo, antes de tudo, interpreta a realidade social sob o prisma da **ética do esforço e da capacidade individuais**.

Essa tendência à explicação ético-individual é mais acentuada entre os membros mais velhos e entre os que participam mais assiduamente da vida comunitária; predomina entre os de instrução primária e entre os de sexo masculino. Os membros mais instruídos freqüentemente introduzem um elemento desenvolvimentista.

As respostas à outra pergunta corroboram a tese acima levantada. Partindo do documento "Nossa Responsabilidade Social", onde entre outros fatos é acusada a distribuição desigual de terras e rendas no Brasil como um dos aspectos "da situação de injustiça e pecado", perguntamos:

"Concorda que o fato de uns possuírem muito e outros quase nada possa construir pecado? Quando seria pecado?"

(De passagem seja mencionado que a maioria dos entrevistados ouviu, na ocasião da entrevista, pela primeira vez da existência desse documento, publicado no Jornal Evangélico, em janeiro/fevereiro de 1976. Somente 9 entrevistados dizem conhecer o documen-

to - 4 homens, 5 mulheres -, dos quais seis têm ligação com instituições da IECLB).

As respostas evidenciam que a ligação feita pelo documento entre "distribuição de bens" e "pecado e injustiça" não é bem aceita. Um terço diz claramente "não é pecado"; mas também os que dizem "é pecado" complementam normalmente "quando os bens são adquiridos desonestamente, com violência ou ganância exagerada". O fato da distribuição desigual em si não cabe na categoria de pecado. "Cada um se esforça para adquirir as suas coisas", como diz uma entrevistada, e desde que ele faz isso dentro dos moldes legais vigentes e sem exageros, não pode ser pecado. A análise das respostas mostra que são no máximo 8 pessoas que aceitam a posição do documento, que vê a própria estrutura sócio-econômica como pecaminosa, injusta.

Cabem aqui algumas considerações sobre o conceito de "pecado" entre os evangélicos. Para eles, pecado é uma qualidade sempre ligada à atuação ou atitude de um indivíduo. Isto inclui as interações entre indivíduos: assim "fechar os olhos perante os pobres" ou "não dar emprego e pisotear os que não possuem nada é pecado", mas não a procura da riqueza em si. Quem rouba ou expulsa outro de suas posses, é pecador; mas quem, para reduzir o seu imposto sobre a renda, investe numa empresa agropastoril na Amazônia, é inteligente, também se a atuação dessa empresa prejudicar algumas centenas de posseiros. O termo pecado não é aplicável a uma situação social ou a uma estrutura econômica. Dentro desse conceito o evangélico reduz o problema da distribuição desigual dos bens a um nível individual, e não estranha que no fim o pecador acabe sendo mesmo o pobre:

"Tem trabalho e colégio para todos no Brasil. Quem é pobre o é por falta de interesse e esforço."

"Quem não progride no Brasil, é porque não trabalha. O povo tem que ser educado para trabalhar. Há, portanto, um efeito positivo na compreensão do salário mínimo: Força todos os membros da família a trabalhar, porque um operário não consegue mais alimentar a sua família com o seu salário."

"Os pobres não gostam de um trabalho organizado, regular. Preferem não fazer nada."

Está claro. O pobre é pobre por sua própria culpa e em consequência de seu pecado: preguiça, vícios, falta de desenvolvimento dos seus dons. É verdade, escolhi as afirmações mais drásticas. Mas a tônica geral vai realmente nesta direção. Dos 45 entrevistados que dão uma resposta mais detalhada à pergunta se a distribuição desigual é pecado, 36 baseiam-na em argumentos

claramente individualistas. Riqueza, explicada nos mesmos moldes, não apresenta problema: "Ter mais é um prêmio pelo esforço individual."

"Os que têm muitas terras, possuem-nas de direito, pois lutaram uma vida toda por elas."

Também o uso dos bens agradável a Deus resolve-se em nível individual:

"Nós devemos ser mordormos daquilo que possuímos."

"Tendo muito, pode-se ajudar muito."

"Se a terra for usada corretamente e o 'patrão ajudar o peão' ", então riqueza não é pecado, pois "deve haver os ricos que dão trabalho para muitos" (resposta de um operário).

A conseqüência lógica: a distribuição mais equitativa dos bens é encarada com muito ceticismo:

"Distribuição não resolve muito, seria padronização. É necessário educação."

"Não adianta simplesmente dividir, pois muitos não saberiam aproveitar corretamente."

Sob distribuição mais equitativa dos bens os entrevistados imaginaram – essa a impressão – ou uma distribuição caritativa, ou uma distribuição violenta, sentida como uma ameaça, mas não uma transformação estrutural com efeitos sobre a distribuição de renda. A estrutura existente lhes parece lei natural (para não dizer divina), e o sucesso ou insucesso nela, fruto do esforço individual. As leis do sistema econômico que favorecem uns e prejudicam outros, não são questionadas. Questionado é aquele que não se adapta, não vence nelas. Portanto, não há dúvida: "O documento 'Nossa Responsabilidade Social' é perda de tempo: a Igreja não tem solução a oferecer", como diz uma entrevistada. Talvez, nesse estado das coisas, ela tenha razão. Mas há também aquele que confesse desconcertado: "Uma distribuição mais equitativa resolveria, mas como fazer? Está acontecendo o contrário."

Estou longe de querer negar aqui o valor do esforço individual. Deve-se ver, porém, que a aceitação dele como critério absoluto da participação do indivíduo no PIB pressupõe uma organização sócio-econômica completamente justa. Somente onde todos realmente tem chances iguais, as posses e rendas são uma função das atitudes e condições individuais. O evangélico parece acreditar nesta igualdade de chances. Partimos daí para a segunda tese:

Entre os evangélicos predomina uma **aceitação acrítica** do sistema sócio-econômico vigente, ou melhor, o evangélico vê o sistema vigente como **lei natural** e, PORTANTO, sem alternativa.

Esta posição ideológica, junto com a individualista, se apoia num relacionamento específico do indivíduo para com a sua participação no PIB, isto é, a parte que lhe cabe do bolo comum produzido pela sociedade. Já que as leis do sistema se lhe apresentam como naturais, ele define a sua relação com este assim como o colono define a sua relação com a natureza: em termos de "luta", de "poder", de "apoderar-se". Assim como o colono, ao fixar-se na mata virgem, teve que lutar contra a natureza para ganhar dela o seu sustento, o evangélico de hoje — que, como vimos considera a sua descendência do colono alemão como um fator do seu êxito — luta no campo econômico para "apoderar-se" da sua parte do bolo comum (e que seja bem grande). Não pode conceber esta participação no bolo em termos de "receber" segundo leis específicas do sistema econômico. O que ele "ganhou", é dele, e ele não precisa agradecê-lo a ninguém, a não ser a Deus.

Não há dúvida que os elementos ideológicos até aqui destacados não são propriedade exclusiva da comunidade evangélica; encontramos-os em outros grupos e classes e poderíamos descobrir as suas raízes nas doutrinas luteranas, na teoria liberal, em certo estágio do capitalismo. Para o nosso grupo, porém, a tradição colonial parece ser pelo menos um reforço importante da manutenção destes elementos no conjunto da ideologia social evangélica. Na época da colonização eles tinham realmente um alto valor explicativo: para o colono recém-fixação tudo dependia do esforço e da capacidade individual, e a luta era realmente contra a natureza; esta representava um desafio, frente ao qual só restava aceitação. As leis do sistema sócio-político tinham, para ele, uma importância marginal. A conjuntura sócio-econômica mudou, o colono desenvolveu para o comerciante, o pequeno empresário, o executivo, o artesão ou especialista, mantendo, porém, os mesmos elementos ideológicos. Mas o que talvez era verdade para o produto conseguido na roça com o suor da testa, para o lucro conseguido numa transação imobiliária vantajosa ou a renda de 50 salários mínimos dum médico não passa de uma ideologia no sentido mais restrito da palavra.

A posição ideológica aqui descrita logicamente impede reconhecer o "pecado estrutural ou institucionalizado", isto é, a injustiça que não se origina dos atos de indivíduos, mas emana das instituições sócio-econômicas vigentes.

2. O membro e a atuação sócio-política da Igreja

Não estranha, por conseguinte, a pouca aceitação entre os membros de uma prédica política engajada com problemas sociais. Pedimos a opinião dos membros quanto à crítica severa, na prédica,

da política salarial dos patrões e donos de fábricas e do governo, por causa do "arrocho salarial". A rejeição desta atitude do pastor na prédica é maciça (78% contra), quase total entre os homens (90%). Somente 7 entrevistados concordam com esta atitude.

TABELA IV

Crítica severa aos patrões e ao governo por causa do "arrocho salarial" na prédica

	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	Nº	%	
Concorda	2	6,4	5	17,2	7	11,6
Concorda se for geral e moderada	1	3,2	5	17,2	6	10,0
Não concorda	28	90,3%	19	65,5%	47	78,3%
TOTAIS	31	100%	29	100%	60	100%

Os argumentos contra são vários; o mais freqüente é o de que a vida espiritual e a mensagem do Evangelho não tem nada a ver com problemas sócio-políticos:

"Acho que a religião é uma coisa, os problemas sócio-econômicos são outra. Uma coisa não tem nada a ver com a outra."

"Espero da prédica a mensagem que Cristo tem a me dizer e o desafio que esta mensagem me propõe."

"O pastor deve pregar o que está escrito na Bíblia e não se envolver com problemas entre patrões e empregados."

"A casa de Deus serve para falar a respeito de Deus e orientar a comunidade no sentido de amar o próximo como a si mesmo, e não para criticar."

"O pastor deve pregar o bem e não criticar o governo; a igreja não é local para comícios."

Outros vêem o culto e a prédica como um acontecimento "diferente", desligado das confusões deste mundo:

"Tudo hoje em dia se resume em críticas, desconfianças, más notícias. A prédica deveria ser diferente disso."

"Se vou ao culto, espero ouvir uma mensagem de fé e conforto, e não ouvir o pastor falar de política."

"Espero refazer a alma e preparar-me espiritualmente. Uma palavra de alívio, de consolo."

Há aqueles que dão à prédica — provavelmente sem intenção explícita — uma função política, mas em sentido oposto: "A missão do pastor é mais uma de relações públicas, de moderar e apaziguar os ânimos, de amenizar os conflitos."

Muitos admitem que o pastor possa falar de conflitos sociais, mas exigem que o faça de maneira moderada e "sem ofender alguém":

"Poderia tocar suavemente no tema."

"Existem outras maneiras de dizer as coisas."

"Acho que não estaria completamente errado, mas não poderia ser muito direto. Pode chamar a atenção em geral."

"O pastor não é feito para atacar ninguém. Nem mesmo o inimigo."

"O pastor não é reformador social. É pregador da Palavra de Deus. Mas cabe-lhe também conscientizar e alertar os seus fiéis sobre a realidade social em que vivem."

Não quero, porém ocultar uma manifestação positiva, apesar de isolada: "Sim, a crítica severa do pastor na prédica é válida. Porque o amor ao próximo inclui o respeito ao trabalho e ao trabalhador."

Com exclusão da última, estas afirmações mostram quantos receios a respeito da prédica política conflitiva há entre os evangélicos. O pastor terá dificuldades em realizar uma pregação profética (que, a meu entender, é necessariamente conflitiva); exige-se dele uma pregação pastoral. Sua prédica deve agradar, harmonizar, acalmar, levantar o espírito e a alma. Deve também orientar e indicar o caminho. Mas nunca deve ferir ou ofender alguém. Aqui não posso resistir a um aparte: Informaram-me que por ocasião da ordenação de pastores normalmente é entoado o hino Nº 217 do nosso hinário, que na terceira estrofe canta:

"Ajuda-me a falar,
Senhor, o que é decente,
que eu não venha a espalhar
conversa inconveniente.
Se eu, por obrigação
do cargo meu falar,
ao que direi, então
dá força sem magoar."

É isto aí. Mas como falar com força e concretamente de problemas sociais "sem magoar"? Na Igreja as diversas classes sociais se encontram (pelo menos em teoria), e assim a abordagem de temas sociais conflitivos contraria essa exigência, pode esquentar os ânimos, destruir a harmonia aparente dos que se reúnem em torno do púlpito. Se o pastor se sentir impulsionado a se manifestar sobre problemas sociais, que o faça em particular, advertindo as pessoas envolvidas, apelando para a sua consciência, trabalhando assim para a harmonia social almejada. Formulo, portanto, a terceira tese:

O evangélico defende, tanto na Igreja como no campo sócio-político, uma **ideologia de harmonia social**. Tende a atribuir à Igreja uma função mantenedora desta harmonia.

Com isto se explica o uso freqüente de termos como "paz", "amor", "harmonia", "respeito" no discurso religioso dos evangélicos, enquanto que o efeito dissociativo do Evangelho é completamente rechaçado. Sem dúvida esta ideologia da harmonia social já tem história na nossa pátria, vindo, se não de antes, do tempo de Getúlio e repetindo-se nas palavras do Presidente da República: "No Brasil não há lugar para a luta de classes." Portanto, ela não é exclusiva dos evangélicos, mas recebe entre eles aceitação cordial. Ela nega a existência de interesses antagônicos e de conflitos entre classes, mas, ao mesmo tempo, sente a fraqueza de suas bases, temendo, portanto, todo ataque que possa fazê-la ruir. Se a Igreja contribuir, direta ou indiretamente, para sustentá-la, será bem aceita pelos seus detentores. Mas será que a Igreja pode também contestá-la? Indagamos os membros quanto ao engajamento crítico dos líderes da Igreja, isto é, quanto ao exercício daquilo que na teologia alemã se costuma chamar de "Wächteramt der Kirche" (Igreja como vigia), também ressaltado no manifesto de Curitiba. Usamos como ponto de partida uma mensagem crítica de um líder da IECLB, dirigida ao governo, e perguntamos: Compete aos líderes eclesiásticos levantar críticas contra o governo e promover manifestações políticas? Classificamos as respostas em 4 tipos:

TABELA V

Engajamento político dos líderes da Igreja

	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Não é absolutamente da competência dos líderes da Igreja	16	51,6	13	44,8	29	48,3
2. Não podem criticar abertamente, mas usar relações pessoais; apontar erros, não criticar; só quando a injustiça for demais	6	19,3	4	13,7	10	16,6
3. Podem criticar construtivamente, sem ferir a fé cristã, mas não fazer manifestações políticas	5	16,1	5	17,2	10	16,6

4. Podem engajar-se com crítica e prática, dentro dos moldes da fé cristã, com respeito ao próximo e sem revolução sangrenta ou violência	4	12,8	4	13,7	8	13,3
Não responderam	0		3	10,3	3	5,0
TOTAIS	31	100%	29	100%	60	100%

No grupo 1 (48,3%) estão reunidos os que se mostram absolutamente contrários a qualquer manifestação crítica sobre assuntos políticos:

“O melhor seria o pastor ficar no seu lugar.”

“No dia em que o governo se meter na Igreja, também não está certo. A Igreja deve cuidar dos assuntos religiosos e não dos assuntos políticos.”

“Não compete. Além disso é o melhor governo. Deus a paz. Acabou com a bagunça.”

“Quanto menos a Igreja se meter em política, tanto mais ela tem condições de dar uma mensagem de fé.”

“Acho que não. No fim dá Revolução como em outro lugar. Ele poderia orar. Quem tem fé em Deus, espera mudança dele.”

As citações mostram que os entrevistados contrários a um engajamento político dos líderes eclesiais advogam por uma nítida separação entre Igreja e Estado (além de, muitas vezes, mostrarem satisfação com o governo deste estado).

O segundo grupo (16,6%) admite que os líderes exerçam influência sobre o governo, mas de maneira encoberta, sem criticar, usando relações pessoais para apontar os erros e as injustiças mais graves:

“Se a injustiça for demais, a Igreja deve influenciar o governo construtivamente no sentido contrário, de maneira velada, não ostensiva.”

“Não devem criticar abertamente. Pessoas da Igreja devem dirigir-se a autoridades competentes. Deveria haver mais relações pessoais com o governo.”

“Compete o seguinte: Formar uma equipe de alto nível e atuar no Congresso e no Senado. Mas não do púlpito. Deixar a agitação para o campo político. Do púlpito divulgar a paz, o amor, a fraternidade, o conformismo com Cristo e a assistência mútua.”

O terceiro grupo (16,6%) dá aos líderes eclesiais o direito de criticar, alertar o governo, mas com certas ressalvas quanto aos métodos e sem engajamento político direto:

“Concordo com críticas enquanto forem concretas e reais e não prejudicarem a comunidade.”

“Concordo com uma crítica construtiva, apontar certos erros, sem ofensas. Mas não fazer política direta.”

O **quarto grupo** (13,3%) aceita o engajamento político de membros da liderança eclesiástica, vendo-o limitado pela fé cristã, o que, em geral, significa rejeição do uso de violência:

“A igreja deve fazer uma crítica dentro do contexto e engajar-se até aonde o evangelho permitir, até atingir uma situação de justiça.”

“À igreja cabe defender o homem. A tarefa dos líderes é alertar, apontar. Mas não fazer revolução sangrenta.”

Os dois primeiros grupos, contrários a um engajamento político aberto dos líderes da igreja reúnem dois terços dos entrevistados. Os homens, neste ponto, são mais decididos, principalmente os homens não-participantes, dos quais só três entram nos grupos três e quatro. Os participantes regulares do culto não são tão categóricos na rejeição: 56,4% integram o grupo 1 e 2.

A partir desses dados parece-me possível lançar uma 4ª tese:

Entre os evangélicos o conceito da separação nítida entre vida espiritual e vida pública, entre Reino de Deus e Reino deste mundo significa uma **limitação para a atuação sócio-política das igrejas.**

A ênfase dada à separação dos reinos não estranha numa igreja que conta a Confessio Augustana entre as suas bases doutrinárias, onde no Art. 16 se confessa: “... o evangelho não ensina uma vida externa e temporal, mas sim interna e eterna; ensina a justiça do coração e não intenciona destruir governo civil, autoridades ou ordem matrimonial, mas quer que tudo seja guardado como verdadeira ordem de Deus e que nesta ordem cada qual pratique amor cristão e autênticas boas obras...” Esta posição – paradoxalmente radicalizada para uma separação total das áreas espiritual e pública entre os que quase não participam da vida comunitária – determina a definição da função sócio-política da comunidade cristã: “A Comunidade mesma não assume posição política, mas procura promover os altos valores cristãos e humanitários entre os membros, esperando que estes os realizem na vida pública.” Esta definição é aceita plenamente por 3/4 dos entrevistados, sendo que os restantes insistem numa abstenção política total (16,6%) ou exigem um engajamento político mais direto da comunidade (8,3%). Está evidente que esta definição não contradiz a nenhuma das teses acima lançadas: corresponde à ética individual, à aceitação do regime, não se opõe ao desejo de harmonia social e respeita a separação dos reinos.

3. Considerações e perguntas

a) a ideologia social evangélica e a atuação sócio-política da igreja.

É de esperar que a ideologia acima explanada tenha as suas projeções sobre os critérios de atuação social do cristão evangélico. Indagados sobre as prioridades colocadas na assistência social os entrevistados estabelecem claramente a sua preferência pela "orientação higiênica, alimentícia e educacional" e "escolas e cursos de profissionalização" – seguidos do "ajutório aos pobres: auxílio com roupas, alimentos, tratamento de saúde". Esta assistência visa o indivíduo e sua capacitação, não interfere na área política, ameniza os conflitos e sua capacitação, não interfere na área política, ameniza os conflitos sociais, sem contestar o sistema. O membro, portanto, acompanha a IECLB no trabalho assistencial e de capacitação individual realizado através de escolas, centros sociais, hospitais, asilos dentro do sistema tradicional de diaconia. Mas somente um número reduzido de 10% apóia também a "conscientização dos marginalizados para que aprendam a lutar pela justiça".

TABELA VI:

Se tivesse a possibilidade de canalizar meios para a assistência social, quais os campos que escolheria? (2 opções)

	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
a) Evangelização e educação moral dos pobres.	7	22,5	6	20,6	13	21,6
b) Auxílio com roupas, alimentos, tratamento de saúde.	6	19,3	12	41,3	18	30,0
c) Orientação higiênica alimentícia e educacional.	12	38,7	14	48,2	26	43,3
d) Escolas e cursos de profissionalização.	19	61,3	9	31,0	28	46,6
e) Formação de grupos para resolver problemas nos bairros	5	16,1	7	24,1	12	20,0
f) Conscientização dos marginalizados para que lutem pela justiça.	2	6,4	4	13,8	6	10,0
g) Desenvolvimento de indústrias.	6	19,3	3	10,3	9	15,0
h) Asilos, orfanatos etc.	1	3,2			1	1,6
Não responderam –	4	12,9	3	10,3	7	11,6
Total (respostas duplas)	62		58		120	
	(31 = 100%)		(29 = 100%)		(60 = 100%)	

Há, porém, o fato inegável da procura de uma ação sócio-política mais crítica e engajada dentro da nossa igreja, por parte de pastores, professores e estudantes, uma procura já expressa em documentos oficializados da igreja, como "Nossa Responsabilidade Social" ou "Catecumenato Permanente". Este último ressalta que diaconia visa também "a denúncia de injustiças, é a voz profética da comunidade..., é a manifestação pública da vontade de Deus em defesa de sua criatura". Por este motivo não só a esfera particular, mas também a política é campo de atuação cristã. Cabe à igreja ser uma consciência da sociedade... A igreja não se dará por satisfeita com a cura das enfermidades..., ela se empenhará também na eliminação das raízes dos flagelos atuais".

Esta definição inclui, a meu ver, a crítica pública, o desafio aberto no combate às injustiças, o combate a estruturas injustas e sua transformação. A "Moção sobre violência", p. ex., já contém elementos de crítica estrutural pública. Tendo em vista os dados levantados a respeito da ideologia social evangélica, pode-se afirmar que a maioria da comunidade não acompanha este desenvolvimento e que só a pouca divulgação dos documentos acima mencionados impediu maiores conflitos (menores já houve, como o cancelamento de algumas centenas de assinaturas do JOREV por ocasião da publicação do "Questionamento à IECLB" de um grupo de professores e estudantes de Teologia). Se a Igreja se orientasse no membro médio, ela restringiria a sua atuação à diaconia tradicional e a ocasionais intervenções pessoais junto a órgãos do governo em defesa de indivíduos injustiçados, sem publicidade.

Mas não há dúvida que a nossa igreja, para identificar-se dentro do seu espaço e seu tempo, tem que dar uma resposta mais ativa ao desafio representado pelas injustiças sociais em nossa pátria, sob pena de perder a sua credibilidade pública e também perante muitos membros da igreja menos aquinhoados. Ao mesmo tempo deve-se insistir em que esta resposta seja dada não somente por grupos de pastores ou estudantes, meio marginalizados, ou até pela cúpula da igreja, quase à revelia das comunidades, mas que ela inclua e atinja a base comunitária para tornar verdadeira a exigência do "Catecumenato Permanente":

"Comunidade diacônica é comunidade vigilante".

Devemos, portanto, estudar a ideologia social evangélica, entrar em discussão com ela, confrontá-la com as exigências do nosso tempo. Quais são as possibilidades que a Igreja e a comunidade tem para realizar isso? Os dados mostram que certos elementos são mais freqüentes entre os participantes regulares da vida comunitária, como por exemplo a ética individualista, o desejo da harmonia social, a aceitação acrítica do sistema. Pode-se afirmar

que a vida comunitária exerce uma função importante na manutenção e na reprodução desses valores. No entanto, estes valores merecem ser mantidos e promovidos? E qual será o seu significado nos tempos atuais? Estas perguntas levam-nos a considerar a função da ideologia social evangélica.

b) A função da ideologia social evangélica.

Uma ideologia pode ser um instrumento. Um instrumento que motiva grupos e indivíduos para a ação, que lhes proporciona o equilíbrio e o alento necessários para empenhar-se e persistir na procura por certos objetivos, que abre novos horizontes, fixa metas, lança utopias. Neste caso a ideologia se transforma num fator renovador, revolucionário.

Uma ideologia também pode ser um instrumento de justificação. De justificação da própria situação social de um grupo ou um indivíduo, de explicação por que uns são ricos, outros pobres, uns poderosos, outros fracos, uns privilegiados, outros marginalizados. Pode ser uma exaltação das próprias qualidades em detrimento das qualidades dos outros. Neste caso a ideologia se transforma em arma de defesa dos interesses de certos grupos contra as justas aspirações dos menos privilegiados, dos deserdados, dos oprimidos por estes mesmos interesses. Torna-se um elemento retardador do processo social.

A ideologia social evangélica, como a tentei expor, sem dúvida teve o seu tempo em que ela foi um fator altamente positivo e renovador. Já conjecturei sobre a sua funcionalidade na época da colonização. Na conjuntura sócio-política atual, porém, ela tende a transformar-se em ideologia justificadora, defensora dos privilégios de um grupo que conseguiu fixar e melhorar o seu lugar dentro da estrutura social. Isso vale para todos os seus elementos fundamentais: a ética do esforço individual, longe de poder explicar as diferenças existentes, transforma-se em justificativa delas. A aceitação acrítica do sistema vigente, antes de expressar o respeito do evangélico luterano pela autoridade instituída, exprime a gratidão e o apoio a um sistema que proporcionou excepcionais chances de ascensão econômica a certas camadas da população. A ideologia da harmonia social, que tanto parece exprimir os valores cristãos de amor ao próximo e paz, transforma-se em instrumento para abafar os conflitos que exigem solução e manter o status quo. E a exigência da separação dos reinos deste mundo e de Deus, tão questionadora frente a regimes totalitários e intolerantes, torna-se sedativo para acalmar a consciência cristã que se escandaliza ante as injustiças deste mundo.

c) Procurar o ponto de ataque.

Uma ideologia está alicerçada em dois conjuntos de fatores: O primeiro se compõe da situação social e suas determinantes, status e renda, acesso ao consumo, posição relativa no sistema econômico. O segundo conjunto se compõe de elementos culturais tradicionais dos padrões de pensamento e das convicções religiosas herdadas dos antepassados, comunicadas de uma geração para outra, da fé específica de um grupo social, trazida através dos tempos. A elaboração da ideologia então se dá a partir do primeiro conjunto – da situação social –, lançando mão dos elementos à disposição no segundo conjunto – dos padrões culturais e religiosos. Isto é, a partir do cabedal de conceitos e idéias disponíveis dentro do seu mundo espiritual, indivíduos e grupos interpretam, explicam a sua realidade social. Este processo tem que ser entendido como fundamentalmente dialético, em outras palavras, a interpretação como a realidade, condicionam-se e influenciam-se mutuamente. Não é, portanto, indiferente para a realidade, qual a interpretação dada a ela, pois esta interpretação, através da praxis humana, tem os seus efeitos sobre a realidade. É evidente que é o segundo conjunto de fatores no qual se localiza a atuação da igreja, e que é ali que ela deverá sentir-se responsabilizada. Em outras palavras, a responsabilidade direta da igreja não recai tanto sobre as situações injustas geradas na área sócio-econômica, mas antes nos fatores ideológicos que indiretamente fomentam estas injustiças. A prioridade do seu trabalho sócio-político não pode ser colocada, portanto, na correção de algumas das distorções, sem atingir o sistema – como quer a maioria dos membros –, mas deve ser dirigida primordialmente à análise, ao questionamento e à transformação da base ideológica do sistema injusto, uma base que – não o neguemos – se apóia em parte na própria doutrina da igreja ou até tem sido produzida por ela.

Urge, portanto, questionar a ideologia social evangélica, procurar as suas raízes. Não sem intenção citei hinos do nosso hinário e trechos dos documentos confessionais. Deve-se admitir que os elementos dogmáticos e litúrgicos da igreja podem reforçar e fomentar esta ideologia. Onde e com que mecanismos isto acontece, merece um estudo minucioso. Outras raízes podem ser achadas na tradição étnica, no passado liberal. E não poderão ser esquecidas as influências atuais dos meios de comunicação, da propaganda oficial e comercial que muito vêm ao encontro da ideologia social evangélica.

A partir desse estudo poderemos então partir para a tentativa de renovação. Pois – e isto é alentador – a ideologia social

evangélica não é inabalável, apesar de sua forte ligação com os interesses de uma classe. É suscetível a mudanças, adaptações, quando confrontada com novas informações e experiências.

Para verificar isto, separamos das entrevistas feitas 2 grupos:

1. Os que apresentam uma crítica estrutural ao sistema mais ou menos coerente (2 homens, 3 mulheres)
2. Os que esperam da igreja uma ação mais decidida no campo da política e em defesa dos direitos humanos. (3 homens, 3 mulheres).

No primeiro grupo, com uma exceção masculina, todos têm instrução superior, duas são professoras, de quatro pode-se afirmar que sofreram influência de ambientes críticos, e é de imaginar que as professoras, no desempenho de sua profissão, tenham tido contato com problemas sociais. Só uma das entrevistadas deste grupo é participante regular do culto. O mais velho tem 44 anos, a mais jovem 27.

No segundo grupo há dois acima de 50 anos e 4 jovens (menos que 25 anos; ninguém de meia idade). Também aqui a influência externa pode ser detectada facilmente. Os dois de mais idade fizeram viagens de estudo ao exterior, o mesmo vale para um jovem. Os outros 3 jovens tem noivas ou noivos católicos que acompanham para a missa e para retiros na igreja católica. Essas experiências parecem tê-los influenciado no sentido de favorecer um engajamento sócio-político mais ativo da igreja.

Concluo, destas observações que influências externas modificaram a ideologia tradicional no sentido de maior criticidade e abertura.

Surgem, portanto, minorias. Não estão organizadas, nem muito engajadas, mas o seu pensamento se desenvolve na direção procurada também pela Igreja. Acho que um trabalho especificamente orientado para a conscientização da problemática social poderia aumentar essas minorias e, assim, abalar e até transformar a ideologia social evangélica.

Gerd Uwe Kliewer